



Cutia Empreendimentos Eólicos S.A.

CNPJ/MF 10.979.076/0001-64

Subsidiária Integral da Copel Geração e Transmissão S.A.

www.copel.com eolicas@copel.com

Rua Emiliano Pernetta, 756, 4º andar - Curitiba - Paraná - Brasil

CEP 80420-080

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2018

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9
Balanços Patrimoniais	9
Demonstrações de Resultados	10
Demonstrações de Resultados Abrangentes	10
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	11
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	12
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	13
1 Contexto Operacional.....	13
2 Base de Preparação.....	14
3 Principais Políticas Contábeis	15
4 Caixa e Equivalentes de Caixa	23
5 Clientes	23
6 Títulos e valores mobiliários	23
7 Investimentos	24
8 Imobilizado.....	24
9 Partes relacionadas.....	26
10 Fornecedores	27
11 Empréstimos e Financiamentos	28
12 Outras Contas a Pagar.....	28
13 Provisões para litígios e passivos contingentes.....	29
14 Patrimônio Líquido	29
15 Receita Operacional Líquida	29
16 Custos e Despesas operacionais	30
17 Resultado Financeiro	31
18 Imposto de Renda e Contribuição Social.....	31
19 Instrumentos Financeiros	32
20 Seguros	35
21 Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa	36
22 Eventos Subsequentes	36
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	37
PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	40

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

A Administração da Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. (Cutia ou Companhia), subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A., na condição de empresa Holding, controladora de 13 Sociedades de Propósito Específico - SPEs, que formam dois complexos de parques eólicos denominados Cutia e Bento Miguel, em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício de 2018, acompanhadas do parecer dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição do acionista, a quem a Diretoria prestará os esclarecimentos adicionais necessários.

PERFIL ORGANIZACIONAL

A COMPANHIA

Constituída em 22.06.2009, a Companhia atua no segmento de energia e tem por objeto, especificamente, o desenvolvimento, a implantação e exploração de projetos de energia elétrica a partir de fontes eólicas, comercialização de energia elétrica, bem como a gestão de participações societárias.

Em 31.10.2014, sete controladas da Companhia, Complexo Cutia, venderam energia eólica no 6º Leilão de Energia de Reserva - LER. Por meio de contratos com prazo de suprimentos de 20 anos, foram negociados 71,4 MW médios pelo preço de R\$ 144,00/MWh (preço teto do leilão), atualizado pela variação do IPCA para R\$ 183,26 em 31.12.2018. Os sete parques eólicos possuirão, em conjunto, 86 aerogeradores com potência de 180,6 MW e garantia física de 71,4 MW médios, todos no município de São Bento do Norte, no Rio Grande do Norte.

Empreendimentos	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Preço atualizado	Início de Operação Comercial	Vencimento de Outorga
Complexo Eólico Cutia					
Cutia	23,1	9,6	183,26	22.12.2018	04.01.2042
Guajiru	21,0	8,3	183,26	29.12.2018	04.01.2042
Esperança do Nordeste	27,3	9,1	183,26	29.12.2018	10.05.2050
Jangada	27,3	10,3	183,26	29.12.2018	04.01.2042
Maria Helena	27,3	12,0	183,26	29.12.2018	04.01.2042
Paraíso dos Ventos do Nordeste	27,3	10,6	183,26	05.01.2019	10.05.2050
Potiguar	27,3	11,5	183,26	29.12.2018	10.05.2050
Total das Eólicas	180,6	71,4			

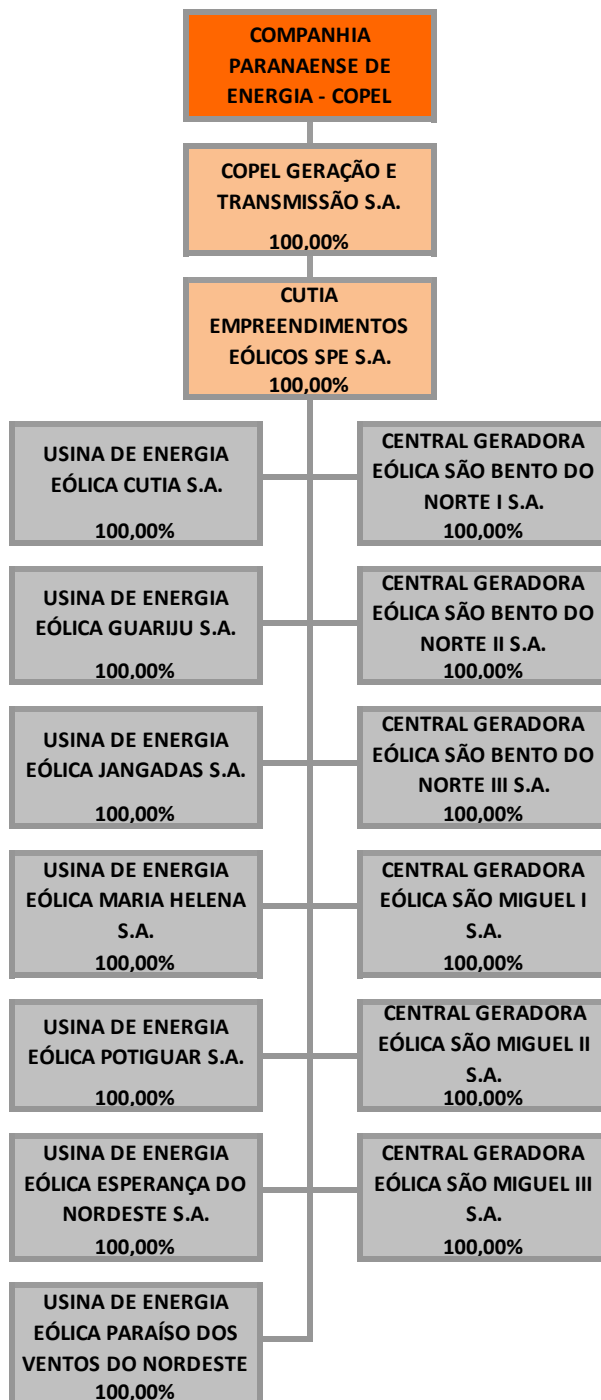
Em 28.11.2014, os empreendimentos venderam energia eólica no 20º Leilão de Energia Nova (A-5) realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel. Foram negociados 58,1 MW médios pelo preço

de R\$ 136,97/MWh (preço teto do leilão), atualizado pela variação do IPCA para R\$ 173,42 em 31.12.2018, por meio de contratos de disponibilidade com prazo de suprimento de 20 anos.

O complexo Bento Miguel, formado por seis parques eólicos, contará com 63 aerogeradores, cuja potência total soma 132,3 MW e garantia física de 58,1 MW médios, todos no município de São Bento do Norte, no Rio Grande do Norte, mesma região geográfica do Complexo Cutia.

Empreendimento	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Preço atualizado	Início de Operação Comercial	Vencimento de Outorga
Complexo Eólico Bento Miguel					
São Bento do Norte I	23,1	10,1	173,42	31.01.2019	03.08.2050
São Bento do Norte II	23,1	10,8	173,42	29.01.2019	03.08.2050
São Bento do Norte III	23,1	9,6	173,42	09.04.2019	03.08.2050
São Miguel I	21,0	9,3	173,42	14.02.2019	03.08.2050
São Miguel II	21,0	9,1	173,42	02.02.2019	03.08.2050
São Miguel III	21,0	9,2	173,42	14.02.2019	03.08.2050
Total das Eólicas	132,3	58,1			

ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO EM 31.12.2018



OPERAÇÃO COMERCIAL

Durante 2018 os complexos eólicos estavam em construção, com entrada em operação comercial iniciada a partir do final da segunda quinzena de dezembro de 2018 de forma escalonada por aerogerador.

Ao final do exercício de 2018 a evolução física das obras encontra-se da seguinte forma:

Empreendimentos	Evolução Física em 31.12.2017	Investimento realizado até 31.12.2017	Evolução Física em 31.12.2018	Investimento realizado até 31.12.2018
Cutia	70%	189.598	100%	261.906
Guajiru	72%	116.800	100%	130.925
Esperança do Nordeste	58%	149.933	100%	169.300
Jangada	34%	142.034	100%	171.113
Maria Helena	28%	145.816	100%	167.205
Paraíso dos Ventos do Nordeste	53%	148.756	99%	177.942
Potiguar	47%	148.632	100%	168.503
São Bento do Norte I	42%	71.234	99%	157.252
São Bento do Norte II	42%	58.316	99%	156.749
São Bento do Norte III	42%	13.293	99%	132.952
São Miguel I	42%	28.069	99%	130.460
São Miguel II	42%	30.479	99%	138.884
São Miguel III	42%	27.898	99%	130.652
Total		1.270.858		2.093.843

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

	2018	2017	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	1.910.200	992.452	92,5
Caixa e equivalentes de caixa	39.784	1.711	2.225,2
Títulos e valores mobiliários	1.007	549	83,4
Dívida total	505.368	-	-
Dívida líquida	464.577	(2.260)	(20.656,5)
Receita operacional bruta	34.622	-	-
Deduções da receita	(1.264)	-	-
Receita operacional líquida	33.358	-	-
Custos e despesas operacionais	15.037	(29.237)	(151,4)
Resultado das atividades	48.395	(29.237)	(265,5)
Ebitda ou Lajida	48.395	(29.237)	(265,5)
Resultado financeiro	(46.614)	(45.718)	2,0
IRPJ/CSLL	(1.317)	(230)	472,6
Lucro/Prejuízo operacional	1.781	(74.955)	(102,4)
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	464	(75.185)	(100,6)
Patrimônio líquido	1.026.378	632.944	62,2
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	0,2	-	-
Liquidez geral (índice)	0,1	-	-
Margem do Ebitda ou Lajida (Ebitda ou lajida/receita operacional líquida) (%)	145,1	-	-
Dívida total sobre o patrimônio líquido (%)	49,2	-	-
Margem operacional (lucro operacional/receita operacional líquida) (%)	0,2	-	-
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	1,4	-	-
Participação de capital de terceiros (%)	46,3	36,2	27,9
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) ⁽¹⁾	0,10	(16,40)	(100,6)
⁽¹⁾ LL ÷ (PL inicial)			

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos ao acionista, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

Curitiba, 16 de Abril de 2019

Ilmar da Silva Moreira
 Diretor Presidente

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente SAMIR SALEH HISHMEH

Membros MARCIO LUIS BLOOT

OTTO ARMIN DOETZER

CONSELHO FISCAL

Presidente JOÃO ALBERTO DA SILVA

Membros LUIZ ROBERTO MORGENSTERN FERREIRA

RICARDO VIDINICH

Suplente HEITOR DANTAS FILHO

DIRETORIA

Diretor Presidente Técnico ILMAR DA SILVA MOREIRA

Diretora de Gestão ANDRE LUIZ BALESTERO

Diretor Financeiro AUGUSTO CESAR T.S. FILHO

CONTADOR

CRC-PR 043819/O-0 RONALDO BOSCO SOARES

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanças Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

em milhares de reais

ATIVO	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017 (não auditado)
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	11	1.648	39.784	1.711
Clientes	5	-	-	33.979	-
Outros créditos		3	-	3	-
Imposto de renda e contribuição social		134	120	224	134
Outros tributos a recuperar		-	-	-	5
Despesas antecipadas		65	-	65	-
		213	1.768	74.055	1.850
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	1.007	549
Outros tributos a recuperar		-	-	37	29
		-	-	1.044	578
Investimentos	7	1.517.937	606.549	-	-
Imobilizado	8	38.904	37.217	1.835.101	990.024
		1.556.841	643.766	1.836.145	990.602
TOTAL DO ATIVO		1.557.054	645.534	1.910.200	992.452
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Obrigações sociais e trabalhistas		7	55	7	55
Partes relacionadas	9	54	95	289.060	237.932
Fornecedores	10	14	106	59.738	105.001
Imposto de renda e contribuição social		2	22	706	22
Outras obrigações fiscais		1	1	3.234	1.307
Empréstimos e financiamentos	11	17.440	-	17.440	-
Outras contas a pagar	12	1	1	757	2.871
		17.519	280	370.942	347.188
NÃO CIRCULANTE					
Partes relacionadas	9	12.472	-	-	-
Fornecedores	10	-	-	12.098	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	4	82	4
Empréstimos e financiamentos	11	487.928	-	487.928	-
Outras contas a pagar	12	12.738	12.306	12.738	12.306
Provisões para litígios	13	19	-	34	10
		513.157	12.310	512.880	12.320
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Atribuível aos acionistas da empresa controladora					
Capital social	14	1.038.776	33.538	1.038.776	33.538
Adiantamento para futuro aumento de capital		392.970	1.005.238	392.970	1.005.238
Prejuízo acumulado		(405.368)	(405.832)	(405.368)	(405.832)
		1.026.378	632.944	1.026.378	632.944
TOTAL DO PASSIVO		1.557.054	645.534	1.910.200	992.452

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstrações de Resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

em milhares de reais

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017 (não auditado)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	15	-	-	33.358	-
Custos Operacionais	16	1.587	(4.690)	50.104	(14.462)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL BRUTO		1.587	(4.690)	83.462	(14.462)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais					
Despesas gerais e administrativas	16	(2.647)	(2.532)	(8.139)	(13.837)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	(20)	8.354	(26.928)	(938)
Resultado da equivalência patrimonial	7	6.017	(73.900)	-	-
		3.350	(68.078)	(35.067)	(14.775)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		4.937	(72.768)	48.395	(29.237)
Resultado Financeiro	17				
Receitas financeiras		374	903	1.585	916
Despesas financeiras		(4.810)	(3.090)	(48.199)	(46.634)
		(4.436)	(2.187)	(46.614)	(45.718)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		501	(74.955)	1.781	(74.955)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	18				
Imposto de renda e contribuição social		(41)	(235)	(1.239)	(235)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		4	5	(78)	5
		(37)	(230)	(1.317)	(230)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		464	(75.185)	464	(75.185)

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstrações de Resultados Abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017 (não auditado)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	464	(75.185)	464	(75.185)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	464	(75.185)	464	(75.185)

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017		33.538	754.233	(330.647)	457.124
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	251.005	-	251.005
Prejuízo do exercício		-	-	(75.185)	(75.185)
Saldo em 31 de dezembro de 2017		33.538	1.005.238	(405.832)	632.944
Aumento de capital		1.005.238	(1.005.238)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	14	-	392.970	-	392.970
Lucro do exercício		-	-	464	464
Saldo em 31 de dezembro de 2018		1.038.776	392.970	(405.368)	1.026.378

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
 em milhares de reais

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017 Não auditado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro (prejuízo) do exercício		464	(75.185)	464	(75.185)
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido (prejuízo) do exercício com a utilização de caixa das atividades operacionais					
Encargos e variações monetárias não realizadas - líquidas		4.148	2.931	43.281	2.933
Imposto de renda e contribuição social	18	41	235	1.239	235
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(4)	(5)	78	(5)
Resultado da equivalência patrimonial	7	(6.017)	73.900	-	-
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas	16	(1.567)	(3.665)	(63.994)	8.274
		(2.935)	(1.789)	(18.932)	(63.748)
Redução (aumento) dos ativos					
Clientes		-	-	(33.979)	-
Outros créditos		(3)	6	(3)	6
Imposto de renda e contribuição social		(14)	10	(87)	(4)
Outros tributos a recuperar		-	-	(3)	(6)
Despesas antecipadas		(65)	-	(65)	-
		(82)	16	(34.137)	(4)
Aumento (redução) dos passivos					
Obrigações sociais e trabalhistas		(48)	30	(48)	30
Partes relacionadas		12.431	95	(9.963)	12.481
Fornecedores		(92)	34	65.643	25.694
Outras obrigações fiscais		-	(23)	(4.162)	(1.614)
Outras contas a pagar		432	(147)	(1.682)	2.723
		12.723	(11)	49.788	39.314
CAIXA UTILIZADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		9.706	(1.784)	(3.281)	(24.438)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(61)	(319)	(555)	(319)
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	11.2	(11.780)	-	(11.780)	-
Encargos de contratos de mútuo pagos		-	-	(37.849)	-
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(2.135)	(2.103)	(53.465)	(24.757)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicações financeiras		-	-	(458)	(549)
Aportes em investimentos	7	(905.371)	(256.546)	-	-
Aquisições de imobilizado		(101)	-	(879.867)	(447.999)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(905.472)	(256.546)	(880.325)	(448.548)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Ingressos de empréstimos e financiamentos	11.2	513.000	-	513.000	-
Ingressos de contratos de mútuo		-	-	473.564	214.712
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital		392.970	251.005	392.970	251.005
Amortização de principal de contratos de mútuo		-	-	(407.671)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		905.970	251.005	971.863	465.717
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(1.637)	(7.644)	38.073	(7.588)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	1.648	9.292	1.711	9.299
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	11	1.648	39.784	1.711
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(1.637)	(7.644)	38.073	(7.588)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
 em milhares de reais

1 Contexto Operacional

A Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. (Cutia, Companhia ou Controladora), com sede na Rua Emiliano Pernetta, nº 756, 4º andar, Curitiba - PR, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) e Controlada indiretamente pela Companhia Paranaense de Energia (Copel), que tem por objeto, especificamente, o desenvolvimento, a implantação e exploração de projetos de energia elétrica a partir de fontes eólicas localizadas no município de São Bento do Norte, no estado do Rio Grande do Norte, comercialização de energia elétrica, bem como a gestão de participações societárias.

A Companhia tem investido no desenvolvimento de projetos eólicos para a participação em leilão de energia (Ambiente de Contratação Regulada - ACR) ou em possíveis acordos de compra e venda de energia pactuados por contratos bilaterais (Ambiente de Contratação Livre - ACL).

1.1 Participações societárias

A Companhia é controladora das Sociedades de Propósito Específico abaixo, as quais tem como atividade principal a geração de energia elétrica proveniente de fontes eólicas:

Usina eólica	Autorização	Vencimento
Esperança do Nordeste	Portaria MME nº 183/2015 - EOL Esperança do Nordeste (a)	10.05.2050
Paraíso dos Ventos do Nordeste	Portaria MME nº 182/2015 - EOL Paraíso dos Ventos do Nordeste (b)	10.05.2050
Usina de Energia Eólica Jangada	REA nº 3.257/2011 - EOL GE Jangada (a)	04.01.2042
Maria Helena	REA nº 3.259/2011 - EOL GE Maria Helena (a)	04.01.2042
Usina de Energia Eólica Potiguar	Portaria MME nº 179/2015 - EOL Potiguar (a)	10.05.2050
Usina de Energia Eólica Guajiru	REA nº 3.256/2011 - EOL Dreen Guajiru (a)	04.01.2042
Usina de Energia Eólica Cutia	REA nº 3.258/2011 - EOL Dreen Cutia (a)	04.01.2042
São Bento do Norte I	Portaria nº 349/2015 - EOL São Bento do Norte I (b)	03.08.2050
São Bento do Norte II	Portaria nº 348/2015 - EOL São Bento do Norte II (b)	03.08.2050
São Bento do Norte III	Portaria nº 347/2015 - EOL São Bento do Norte III (c)	03.08.2050
São Miguel I	Portaria nº 352/2015 - EOL São Miguel I (b)	03.08.2050
São Miguel II	Portaria nº 351/2015 - EOL São Miguel II (b)	03.08.2050
São Miguel III	Portaria nº 350/2015 - EOL São Miguel III (b)	03.08.2050

(a) Início de operação comercial em dezembro de 2018.

(b) Início de operação comercial a partir de janeiro de 2019.

2 Base de Preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais da Controladora e as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão.

A Diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 16.04.2019.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Cutia e suas controladas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.4.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, exceto aqueles que envolvem estimativas, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NE nº 3.1 - Base de Consolidação; e
- NE nº 3.2 - Instrumentos financeiros.

2.4.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas que podem levar a ajustes significativos aos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NEs n^{os} 3.3 e 8 - Imobilizado;
- NEs nos 3.4 e 8.2 - Redução ao valor recuperável de ativos;
- NEs n^{os} 3.5 e 13 - Provisões;
- NE n^o 3.6 - Reconhecimento de receita;
- NE n^o 3.7 e 18 - Imposto de renda e contribuição social.

2.5 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individualmente ou coletivamente, podem levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. A Companhia e suas controladas contam com o suporte financeiro de sua Controladora.

Em 31.12.2018, a Companhia apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$ 17.306 no balanço da Controladora e de R\$ 296.887 no balanço consolidado. O equacionamento da capacidade financeira de curto prazo será realizado por adiantamento para futuro aumento de capital, bem como pela conclusão do processo de captação de recurso junto as instituições financeiras em 2019, conforme previsto no plano de negócio, ou por eventual integralização de capital social através do saldo do mútuo.

3 Principais Políticas Contábeis

3.1 Base de Consolidação

3.1.1 Método de equivalência patrimonial

Os investimentos em controladas são reconhecidos nas demonstrações financeiras da controladora com base no método de equivalência patrimonial. Conforme esse método, os investimentos são inicialmente registrados pelo valor de custo e o seu valor contábil é aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação da investidora no lucro, no prejuízo e em outros resultados abrangentes gerados pelas investidas, após a aquisição. Esse método deve ser descontinuado a partir da data em que o investimento deixar de se qualificar como controlada.

As distribuições de resultados reduzem o valor contábil dos investimentos.

Quando necessário, para cálculo das equivalências patrimoniais, as demonstrações financeiras das investidas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às da Controladora.

3.1.2 Controladas

As controladas são as entidades em que a investidora está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com elas e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre as entidades.

As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. Os saldos de ativos, passivos e resultados das controladas são consolidados linha a linha e os saldos decorrentes das transações entre as empresas consolidadas são eliminados.

3.2 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

A Companhia e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos bem como não possuem instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes nem passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

3.2.1 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.2.2 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

3.2.3 Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.2.4 Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.3 Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que são atribuíveis ao ativo.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de autorização são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitados ao prazo da autorização. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros.

3.3.1 Projetos em desenvolvimento

A Companhia adquire projeto de terceiros e/ou os desenvolve, sendo que os custos de aquisição e/ou desenvolvimento são capitalizados somente se puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem tecnicamente e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os montantes reconhecidos são avaliados anualmente, por ocasião da existência de evidências claras e objetivas da viabilidade econômica. Essas condições são analisadas, individualmente ou em conjunto, considerando fatos e circunstâncias. Se necessário, uma perda ao valor recuperável é reconhecida.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam.

Após o reconhecimento inicial, os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

3.4 Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

Os ativos são avaliados para identificar evidências de desvalorização.

3.4.1 Ativos financeiros

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes. Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes são agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito e nos dias de atraso.

3.4.2 Ativos não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não financeiros é revisado para a análise de possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras; em caso de reversão de perda de exercícios anteriores, esta é reconhecida no resultado do exercício corrente.

3.5 Provisões

Uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

A provisão para custos ou obrigações socioambientais é registrada à medida que são assumidas as obrigações formais com os órgãos reguladores ou a Administração tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados.

Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado. No momento do início das operações dos empreendimentos, todos os custos incluídos na Licença de Operação, cujos programas serão executados durante a concessão e o respectivo desembolso ainda não ocorreu, são mensurados e ajustados a valor presente de acordo com o fluxo de caixa estimado de desembolsos e registrados como provisões socioambientais em contrapartida ao ativo relacionado ao empreendimento, sendo ajustados periodicamente.

Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridas com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são analisados de acordo com a sua natureza, e são registrados diretamente no resultado do exercício. Podem existir exceções, que serão tratadas como custos capitalizáveis no ativo correspondente.

3.6 Reconhecimento da receita

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia e suas controladas esperam receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente. A receita operacional da Companhia é proveniente principalmente do suprimento de energia elétrica de fontes alternativas de suas controladas.

A receita proveniente do suprimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base nos dados para faturamento que são apurados pelos MW médios de energia elétrica contratada, e declarados junto a CCEE. Quando as informações não estão disponíveis, a Companhia, por meio de suas áreas técnicas, estima a receita considerando as regras dos contratos, a estimativa de preço e o volume fornecido.

Tendo em vista que as empresas de geração eólica estão sujeitas a montantes mínimos de geração, a Companhia entende que está sujeita a contraprestação variável, e por esta razão, constitui provisão pela “não performance” com base nas estimativas de geração anual, deduzindo da receita.

3.7 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social foram apurados trimestralmente com base no “Lucro Presumido”. O imposto de renda presumido é calculado mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre o percentual de 8% da receita bruta de venda de energia (produto), acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$ 60 no trimestre e a contribuição social é calculada mediante a aplicação da alíquota de 9% sobre o percentual de 12% da receita bruta de venda de energia (produto).

Além disso, o imposto de renda calculado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para as parcelas dos lucros que excederem a R\$ 60 no trimestre, e a contribuição social calculada pela alíquota de 9%, também incidem sobre as receitas financeiras auferidas nos resgates de aplicações financeiras, deduzidos os tributos incidentes (Imposto sobre Operações Financeiras - IOF). Sobre a receita financeira provisionada são reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos.

3.8 Arrendamentos

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os outros arrendamentos, que não se enquadram nas características acima, são classificados como operacionais.

3.9 Novas normas adotadas a partir deste exercício

Os seguintes pronunciamentos contábeis foram revisados e não tiveram nenhum efeito relevante sobre as transações realizadas pela Companhia em períodos anteriores ou posteriores ao início de sua vigência, em 1º.01.2018:

- (i) ICPC 21/IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira e adiantamento;
- (iii) CPC 28/IAS 40 - Propriedades para investimento;
- (iv) CPC 18 (R2)/IAS 28 - Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto; e
- (v) Revisão anual do CPC nº 12/2017 (IASB ciclo 2014-2016).

Além disso, a Companhia e suas controladas adotaram as seguintes normas a partir de 1º.01.2018:

3.9.1 CPC 48/IFRS 9

Na adoção do CPC 48/IFRS 9 a Companhia aproveitou a isenção constante do item 7.2.15 da norma, que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros.

A nova norma estabeleceu três categorias para classificação e mensuração de ativos financeiros: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais; e (iii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O impacto na Companhia foi a mudança de classificação da rubrica de Títulos e valores mobiliários, que era classificada como ativo financeiro na categoria de disponível para venda, pelo CPC 38/IAS 39, e passou a ser classificada como valor justo por meio do resultado, a partir da adoção do CPC 48/IFRS 9.

Além disso, a norma exige que a Administração da Companhia realize avaliação de seus ativos financeiros com base em doze meses ou por toda a vida do ativo e registre os efeitos quando houver indicativos de perdas em crédito esperadas nos ativos financeiros. O CPC 48/IFRS 9 definiu o modelo de expectativa de perda no crédito, o qual requer que a empresa registre contabilmente a expectativa de perdas em créditos e modificações nessa expectativa a cada data de reporte, para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Desde a adoção da nova norma a Companhia aplica a abordagem simplificada e registra perdas esperadas durante toda a vida dos ativos financeiros do contas a receber de clientes. Tendo em vista que a Companhia não tinha saldo a receber de clientes, não houve impacto no balanço patrimonial em 1º.01.2018.

Com relação aos passivos financeiros, o CPC 48/IFRS 9 definiu que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em incompatibilidade na demonstração do resultado. Tendo em vista que a Companhia não designou passivos financeiros como Valor justo por meio do resultado, não houve impacto na classificação de passivos financeiros.

3.9.2 CPC 47/IFRS 15

Na adoção do CPC 47/IFRS 15, a Companhia optou por adotar a norma na data da aplicação inicial como ajuste ao saldo de abertura, considerando somente os contratos abertos anteriores à data de aplicação, conforme previsto no Apêndice C do CPC 47, em seus itens C3 (b) e C7.

A norma estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. Portanto, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente.

Não houve impacto no balanço patrimonial em 1º.01.2018

3.10 Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir de 1º.01.2019 estarão vigentes alterações nos seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

- (i) CPC 18 (R2)/IAS 28 - Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto;
- (ii) CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros; e
- (iii) Revisão anual do CPC nº 13/2018 (IASB ciclo 2015-2017).

A Companhia procedeu a uma avaliação sobre a aplicação dessas alterações e não espera impactos significativos em suas demonstrações contábeis pela adoção dos novos requerimentos

Além disso, as normas abaixo, também vigentes a partir de 1º.01.2019 e não adotadas antecipadamente pela Companhia foram avaliadas, conforme descrito a seguir.

3.10.1 CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos

O pronunciamento substitui o CPC 06 (R1) / IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (ICPC 03 / IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em reconhecer inicialmente todos os arrendamentos no ativo intangível (Ativo de Direito de Uso) e passivo (Outras Contas a Pagar) a valor presente; e reconhecer a amortização do ativo de direito de uso e os juros do arrendamento separadamente no resultado.

Para arrendamentos de curto prazo (prazo de arrendamento de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor (como computadores, impressoras e móveis), a Companhia optará por reconhecer uma despesa de arrendamento em base linear conforme previsto no CPC 06 (R2) / IFRS 16.

Será aplicado o método de transição retrospectivo modificado, o qual não requer a apresentação de informações comparativas, e o passivo e o ativo de direito de uso são reconhecidos pelo valor presente das parcelas remanescentes.

A Companhia e suas controladas avaliaram o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos de suas usinas eólicas, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo. Por esses apresentarem remuneração variável ao arrendador, o CPC 06 (R2)/IFRS 16 orienta que a despesa deve ser reconhecida quando incorrida. Para estes contratos a adoção desse pronunciamento não causou impactos materiais nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e de suas controladas.

Em 1º.01.2019, a Companhia reconhecerá um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento ao valor presente de aproximadamente R\$ 1.200.

3.10.2 ICPC 22 / IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro

Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Conforme atendidos determinados requisitos, como por exemplo quando for mais provável que a autoridade fiscal não aceite determinado tratamento, a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido, ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, considerando esta não aceitação.

A Companhia está avaliando os tratamentos de tributo sobre o lucro e tem a expectativa de que a aplicação da norma não trará impactos significativos em seus resultados.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017 (não auditado)
Caixa e bancos conta movimento	11	177	1.993	240
Aplicações financeiras de liquidez imediata	-	1.471	37.791	1.471
	11	1.648	39.784	1.711

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e são remuneradas a 98,0% da taxa da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5 Clientes

O valor de R\$ 33.979 corresponde ao saldo a receber da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, dos quais R\$ 5.044 já foram recebidos ou compensados até a data desta publicação e o saldo remanescente tem previsão de recebimento ou compensação com as próximas liquidações da CCEE.

Em 31.12.2018, não há registro de provisão para perdas de crédito esperadas devido a existência de garantias vinculadas aos contratos.

6 Títulos e valores mobiliários

O saldo de R\$ 1.007 em 31.12.2018 (R\$ 549 em 31.12.2017) corresponde a aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários - CDB, classificadas como ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio de resultado, remuneradas a 98,0% da taxa da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. O prazo desses títulos varia de 43 a 55 meses a partir do final do período do relatório. Os recursos são vinculados à garantia financeira dos Contratos de uso do sistema de transmissão,

7 Investimentos

Controladora	Saldo em	Equivalência	Adiantamento	Saldo em
	1º.01.2018	patrimonial	para futuro aumento de capital	31.12.2018
Central Geradora Eólica São Bento do Norte I S.A.	28.619	13.041	78.996	120.656
Central Geradora Eólica São Bento do Norte II S.A.	23.761	7.906	89.002	120.669
Central Geradora Eólica São Bento do Norte III S.A.	5.981	(11.469)	49.978	44.490
Central Geradora Eólica São Miguel I S.A.	11.869	(3.210)	101.282	109.941
Central Geradora Eólica São Miguel II S.A.	13.547	(4.687)	62.447	71.307
Central Geradora Eólica São Miguel III S.A.	12.333	(5.498)	36.103	42.938
Usina de Energia Eólica Guajiru S.A.	55.991	3.083	56.583	115.657
Usina de Energia Eólica Jangada S.A.	41.771	(1.317)	100.592	141.046
Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.	41.605	(3.060)	102.236	140.781
Usina de Energia Eólica Cutia S.A.	121.943	7.159	50.680	179.782
Usina de Energia Eólica Maria Helena S.A.	24.095	(5.442)	124.781	143.434
Usina de Energia Eólica Esperança do Nordeste S.A.	113.197	8.385	25.140	146.722
Usina de Energia Eólica Paraíso dos Ventos do Nordeste S.A.	111.837	1.126	27.551	140.514
	606.549	6.017	905.371	1.517.937

Controladora	Saldo em	Equivalência	Adiantamento	Capitalização	Saldo em
	1º.01.2017	patrimonial	para futuro aumento de capital	de projetos	31.12.2017
Central Geradora Eólica São Bento do Norte I S.A.	-	(15.494)	41.607	2.506	28.619
Central Geradora Eólica São Bento do Norte I S.A. - direito de autorização	2.518	-	-	(2.518)	-
Central Geradora Eólica São Bento do Norte II S.A.	-	(10.991)	32.246	2.506	23.761
Central Geradora Eólica São Bento do Norte II S.A. - direito de autorização	2.519	-	-	(2.519)	-
Central Geradora Eólica São Bento do Norte III S.A.	-	2.785	918	2.278	5.981
Central Geradora Eólica São Bento do Norte III S.A. - direito de autorização	2.289	-	-	(2.289)	-
Central Geradora Eólica São Miguel I S.A.	-	(5.221)	14.812	2.278	11.869
Central Geradora Eólica São Miguel I S.A. - direito de autorização	2.289	-	-	(2.289)	-
Central Geradora Eólica São Miguel II S.A.	-	(8.048)	19.317	2.278	13.547
Central Geradora Eólica São Miguel II S.A. - direito de autorização	2.289	-	-	(2.289)	-
Central Geradora Eólica São Miguel III S.A.	-	(6.791)	16.847	2.277	12.333
Central Geradora Eólica São Miguel III S.A. - direito de autorização	2.289	-	-	(2.289)	-
Usina de Energia Eólica Guajiru S.A.	39.856	(7.515)	23.650	-	55.991
Usina de Energia Eólica Jangada S.A.	36.628	(16.166)	21.309	-	41.771
Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.	39.681	(18.907)	20.831	-	41.605
Usina de Energia Eólica Cutia S.A.	84.853	6.542	30.548	-	121.943
Usina de Energia Eólica Maria Helena S.A.	35.245	(22.341)	11.191	-	24.095
Usina de Energia Eólica Esperança do Nordeste S.A.	90.642	16.270	6.285	-	113.197
Usina de Energia Eólica Paraíso dos Ventos do Nordeste S.A.	82.875	11.977	16.985	-	111.837
	423.973	(73.900)	256.546	(70)	606.549

8 Imobilizado

A Companhia e suas controladas registram no ativo imobilizado os bens utilizados nas instalações administrativas e comerciais, para geração de energia elétrica.

8.1 Mutação do imobilizado

Consolidado	Saldo em	Aquisições/ Impairment	Saldo em	Aquisições/ Impairment	Saldo em
	1º.01.2017 não auditado		31.12.2017 não auditado		31.12.2018
Custo	787.918	524.847	1.312.765	781.060	2.093.825
(-) Impairment (8.2)	(314.461)	(8.280)	(322.741)	64.017	(258.724)
	473.457	516.567	990.024	845.077	1.835.101
	473.457	516.567	990.024	845.077	1.835.101

8.2 Construção do empreendimento eólico Cutia

Os empreendimentos eólicos da Cutia estão divididos em dois grandes complexos:

- Complexo Cutia, composto por sete parques eólicos (Guajiru, Jangada, Potiguar, Cutia, Maria Helena, Esperança do Nordeste e Paraíso dos Ventos do Nordeste), com 180,6 MW de capacidade total instalada, 71,4 MW médios de garantia física, todos localizados no Estado do Rio Grande do Norte. A energia que será gerada pelos parques foi comercializada no 6º Leilão de Reserva que ocorreu em 31.10.2014, ao preço médio histórico de R\$ 144,00/MWh, atualizado pela variação do IPCA para R\$ 183,26 em 31.12.2018. A partir da última quinzena de dezembro de 2018 os parques eólicos iniciaram a entrada em operação comercial de forma escalonada por aerogerador; e
- Complexo Bento Miguel: composto por seis parques eólicos (São Bento do Norte I, São Bento do Norte II, São Bento do Norte III, São Miguel I, São Miguel II e São Miguel III) com 132,3 MW de capacidade total instalada, 58,7 MW médios de garantia física, todos localizados no Estado do Rio Grande do Norte. A energia que será gerada pelos parques eólicos foi comercializada no 20º Leilão de Energia Nova que ocorreu em 28.11.2014, ao preço médio histórico de R\$ 142,03 /MWh, atualizado pela variação do IPCA para R\$ 179,84 em 31.12.2018. A partir de 29.01.2019 os parques eólicos iniciaram a entrada em operação comercial de forma escalonada por aerogerador.

A companhia possui compromissos assumidos no valor de R\$ 40.392 com fornecedores de equipamentos e serviços para construção das usinas.

Para esses empreendimentos consta registrado um saldo de perdas estimadas por redução ao valor recuperável (*impairment*) do ativo demonstrado a seguir.

Consolidado	Imobilizado		Valor em uso
	Custo	Impairment	
Complexo Eólico Cutia	1.270.780	(171.352)	1.099.428
Complexo Eólico Bento Miguel	823.045	(87.372)	735.673
	2.093.825	(258.724)	1.835.101

A Companhia efetuou a revisão do valor recuperável do imobilizado e como resultado dessas análises, o saldo de *impairment* sofreu as seguintes movimentações:

Consolidado	Saldo em 1º.01.2017 não auditado	Impairment no ano	Saldo em 31.12.2017 não auditado	Impairment no ano	Saldo em 31.12.2018
Complexo Eólico Cutia	(232.825)	8.315	(224.510)	53.158	(171.352)
Complexo Eólico Bento Miguel	(81.636)	(16.595)	(98.231)	10.859	(87.372)
	(314.461)	(8.280)	(322.741)	64.017	(258.724)

Em dezembro de 2018, o cálculo do valor em uso considerou premissas e orçamentos da Companhia e taxa de desconto depois dos impostos em moeda constante de 7,13% que deriva da metodologia WACC para o segmento de geração de energia elétrica, ajustada para a condição específica de tributação daqueles empreendimentos.

A reversão observada em ambos os complexos se justifica pelo aumento na expectativa de geração alterada para 100% da garantia física do P-50 (em 2017, 95% do P-50) e pelas variações da projeção de longo prazo do Preço de liquidação das diferenças - PLD e do preço de venda no ACL.

9 Partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017 não auditado
Passivo circulante				
Controlador				
Copel Geração e Transmissão S.A - Mútuo (9.1)	-	-	281.709	-
Copel Geração e Transmissão S.A - Compartilhamento	17	24	481	1.049
Companhia Paranaense de Energia - Mútuo (9.1)	-	-	-	220.619
Companhia Paranaense de Energia - Compartilhamento	8	17	239	758
Entidade sob controle comum				
Copel Distribuição S.A. - Compartilhamento	29	53	876	2.544
Copel Renováveis S.A. - Compartilhamento	-	1	5.755	12.962
Passivo não circulante				
Controladas				
Central Geradora Eólica São Bento do Norte I S.A.	921	-	-	-
Central Geradora Eólica São Bento do Norte II S.A.	921	-	-	-
Central Geradora Eólica São Bento do Norte III S.A.	921	-	-	-
Central Geradora Eólica São Miguel I S.A.	837	-	-	-
Central Geradora Eólica São Miguel II S.A.	837	-	-	-
Central Geradora Eólica São Miguel III S.A.	837	-	-	-
Usina de Energia Eólica Guajiru S.A.	837	-	-	-
Usina de Energia Eólica Jangada S.A.	1.088	-	-	-
Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.	1.088	-	-	-
Usina de Energia Eólica Cutia S.A.	921	-	-	-
Usina de Energia Eólica Maria Helena S.A.	1.088	-	-	-
Usina de Energia Eólica Esperança do Nordeste S.A.	1.088	-	-	-
Usina de Energia Eólica Paraíso dos Ventos do Nordeste S.A.	1.088	-	-	-
	12.526	95	289.060	237.932
Circulante	54	95	289.060	237.932
Não circulante	12.472	-	-	-

A Companhia registrou gastos com atividades corporativas entre controladoras e entidades sob controle comum, referentes a pessoal, administradores, materiais, serviços de terceiros e outros (PMSO).

Em 2018, a Companhia registrou despesas com seus Administradores referentes a honorários, no valor de R\$ 725 (R\$ 893, em 2017), e encargos sociais, no valor de R\$ 145 (R\$ 177, em 2017). A Companhia não possui planos de benefícios de longo prazo

9.1 Mútuo

Mutuárias	Limite aprovado	Despesa Financeira		Saldo a pagar	
		31.12.2018	31.12.2017 não auditado	31.12.2018	31.12.2017 não auditado
Central Geradora Eólica São Bento do Norte I S.A.	11.960	218	-	12.223	-
Central Geradora Eólica São Bento do Norte II S.A.	11.260	199	-	11.501	-
Central Geradora Eólica São Bento do Norte III S.A.	94.754	1.319	-	80.751	-
Central Geradora Eólica São Miguel I S.A.	10.770	125	-	7.956	-
Central Geradora Eólica São Miguel II S.A.	51.350	1.339	-	50.532	-
Central Geradora Eólica São Miguel III S.A.	75.180	1.781	-	73.799	-
Usina de Energia Eólica Guajiru S.A.	1.845	13	817	1.438	31.461
Usina de Energia Eólica Jangada S.A.	10.860	3.240	517	10.972	31.010
Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.	3.650	5.692	1.626	3.690	73.466
Usina de Energia Eólica Cutia S.A.	12.300	6.074	518	12.207	20.103
Usina de Energia Eólica Maria Helena S.A.	4.865	2.437	1.345	3.943	61.769
Usina de Energia Eólica Esperança do Nordeste S.A.	9.010	6.769	8	8.933	489
Usina de Energia Eólica Paraíso dos Ventos do Nordeste S.A.	3.722	789	56	3.764	2.321
	301.526	29.995	4.887	281.709	220.619

9.1.1 Contratos de mútuo com a Copel Geração e Transmissão

O saldo a pagar em 31.12.2018 refere-se aos contratos de mútuo firmados entre as mutuárias e a Copel Geração e Transmissão (mutuante), com aprovação de limites acrescidos de IOF e juros remuneratórios de 114,5% do CDI, a fim de proporcionar recursos para o financiamento das atividades e negócios. A quitação está condicionada a liberação dos recursos provenientes da captação com o Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES.

9.1.2 Contrato de mútuo com a Companhia Paranaense de Energia - Copel

O saldo a pagar em 31.12.2017, refere-se aos contratos de mútuo firmados entre as mutuárias e a Copel (mutuante), com aprovação de limites acrescidos de IOF e juros remuneratórios de 117% do CDI. Do limite aprovado de R\$ 408.800, foram utilizados R\$ 406.051. Os contratos foram liquidados em 30.11.2018 e 04.12.2018.

10 Fornecedores

Consolidado	31.12.2018	31.12.2017 não auditado
	Materiais e serviços	43.147
Energia elétrica	27.732	942
Encargos de uso da rede elétrica	957	527
	71.836	105.001
	Circulante	59.738
	Não circulante	12.098
		105.001
		-

11 Empréstimos e Financiamentos

Em 25.10.2018 foi emitido o contrato de financiamento nº 18204611, firmado entre o BNDES e a Cutia Empreendimentos Eólicos S.A., no valor de R\$ 619.405, com remuneração pela TJLP acrescida de 2,04% a.a. e amortização em 192 parcelas mensais e sucessivas, com o primeiro vencimento em 15.07.2019 e o último em 15.07.2035.

O contrato tem o objetivo de financiar a construção e implantação dos empreendimentos eólicos e tem como garantia penhor de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios.

O contrato contém cláusula que requer a manutenção do Índice de cobertura do serviço da dívida - ICSD igual ou acima de 1,2, a partir do exercício de 2020, de modo que o descumprimento poderá implicar vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

Até 31.12.2018, todas as condições acordadas, financeiras e não financeiras, foram integralmente atendidas.

11.1 Vencimentos das parcelas de longo prazo

Controladora e consolidado		31.12.2018
2020		31.311
2021		31.311
2022		31.311
2023		31.311
2024		31.311
Após 2024		331.373
		487.928

11.2 Mutação de empréstimos e financiamentos

Controladora e consolidado	Total
Em 1º.01.2018	-
Ingressos	513.000
Encargos	3.717
Variação monetária e cambial	431
Pagamento - encargos	(11.780)
Em 31.12.2018	505.368

12 Outras Contas a Pagar

Consolidado	31.12.2018	31.12.2017 não auditado
Aquisição de investimentos	12.738	12.306
Outras obrigações	757	2.871
	13.495	15.177
	Circulante 757	2.871
	Não circulante 12.738	12.306

13 Provisões para litígios e passivos contingentes

A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.5 são atendidos.

A Administração da Companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas às ações pelas quais a Companhia e suas controladas respondem na data da elaboração das demonstrações financeiras, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório brasileiro, sendo que a resolução final depende das conclusões dos processos judiciais. Por esse motivo, essa informação não é fornecida.

Consolidado	Saldo em	Adições	Saldo em	Adições	Saldo em
	1º.01.2017 não auditado		31.12.2017 não auditado		31.12.2018
Cíveis e direito administrativo (a)	10	-	10	5	15
Servidões de passagem (b)	-	-	-	19	19
	10	-	10	24	34

(a) Discussão de processos administrativos.

(b) Ações judiciais decorrentes de divergência entre o valor de servidão avaliado pela Companhia para pagamento e o pleiteado pelo proprietário e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (inventários em andamento, propriedades sem matrículas, entre outras).

Os passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas, por não ser provável uma saída de recursos que incorpora benefícios econômicos para liquidar a obrigação. Em 31.12.2018 a Companhia não possui passivos contingentes.

14 Patrimônio Líquido

O capital social integralizado em 31.12.2018, no valor de R\$ 1.038.776, é composto por 1.038.774.994 ações ordinárias, sem valor nominal, pertencentes à Copel Geração e Transmissão S.A.

O saldo de R\$ 392.970 de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, em 31.12.2018, pertencente à Copel Geração e Transmissão S.A., será capitalizado durante o exercício de 2019.

15 Receita Operacional Líquida

Consolidado	31.12.2018	31.12.2017
		Não auditado
Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR (leilão)	487	-
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	34.135	-
(-) PIS/Pasep e Cofins	(1.264)	-
	33.358	-

A receita com a CCEE reconhecida no exercício refere-se ao período de operação em teste.

16 Custos e Despesas operacionais

Consolidado	Custos operacionais	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	31.12.2018
Energia elétrica comprada para revenda	(67)	-	-	(67)
Encargos de uso da rede elétrica	(11.457)	-	-	(11.457)
Pessoal e administradores	-	(5.242)	-	(5.242)
Planos previdenciário e assistencial	-	(303)	-	(303)
Material	-	(9)	-	(9)
Serviços de terceiros	(1.978)	(1.103)	-	(3.081)
Provisões e reversões (a)	64.017	-	(23)	63.994
Outros custos e despesas operacionais, líquidos (b)	(411)	(1.482)	(26.905)	(28.798)
	50.104	(8.139)	(26.928)	15.037

(a) R\$ 64.017 de reversão de *impairment* (NE nº 8.1).

(b) No saldo estão contidos R\$ 26.902 referentes a provisão para não performance de geração.

Consolidado	Custos operacionais	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	31.12.2017 não auditado
Encargos de uso da rede elétrica	(2.682)	-	-	(2.682)
Pessoal e administradores	(2.062)	(6.949)	-	(9.011)
Planos previdenciário e assistencial	(245)	(685)	-	(930)
Material	(3)	(55)	-	(58)
Serviços de terceiros	(915)	(1.196)	-	(2.111)
Provisões e reversões	(8.278)	-	4	(8.274)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(277)	(4.952)	(942)	(6.171)
	(14.462)	(13.837)	(938)	(29.237)

16.1 Compromissos de arrendamentos e aluguéis não canceláveis

	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total 31.12.2018
Arrendamento de terrenos	3.574	15.992	103.499	123.065

No saldo estão contidos valores de arrendamento de terrenos para os quais, após a entrada em operação dos empreendimentos, os pagamentos são variáveis em função da receita auferida, aplicando um percentual sobre a receita bruta menos as deduções previstas em contrato (impostos, taxas e contribuições).

17 Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017 não auditado
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	374	903	1.585	916
	374	903	1.585	916
(-) Despesas financeiras				
Juros e IOF sobre contratos de mútuo	-	-	39.154	6.617
Variação monetária e encargos da dívida	4.148	-	4.148	-
IOF sobre o rendimento de aplicações financeiras	229	156	292	156
Outras despesas financeiras	433	2.934	4.605	39.861
	4.810	3.090	48.199	46.634
Líquido	(4.436)	(2.187)	(46.614)	(45.718)

18 Imposto de Renda e Contribuição Social

Controladora	31.12.2018		31.12.2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita financeira auferida sobre os valores resgatados, líquidas de IOF	156	156	762	762
(=) Base de cálculo	156	156	762	762
Aliquotas vigentes	15%	9%	15%	9%
Adicional	10%		10%	
Imposto de renda e contribuição social	25	16	166	69
Receita Financeira Provisionada	(11)	(11)	(16)	(16)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3)	(1)	(4)	(1)

Consolidado	31.12.2018		31.12.2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita Operacional	34.622	34.622	-	-
Aliquota sobre a receita bruta	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	2.770	4.155	-	-
Receita financeira auferida sobre os valores resgatados, líquidas de IOF	898	898	762	762
(=) Base de cálculo	3.668	5.053	762	762
Aliquotas vigentes	15%	9%	15%	9%
Adicional	10%		10%	
Imposto de renda e contribuição social	784	455	166	69
Receita Financeira Provisionada	229	229	(16)	(16)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	57	21	(4)	(1)

19 Instrumentos Financeiros

19.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Consolidado	NE nº	Nível	31.12.2018		31.12.2017 - não auditado	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	39.784	39.784	1.711	1.711
Títulos e valores mobiliários (b)	6	2	1.007	1.007	549	549
			40.791	40.791	2.260	2.260
Custo amortizado						
Cientes (a)	5	1	33.979	33.979	-	-
			33.979	33.979	-	-
Total dos ativos financeiros			74.770	74.770	2.260	2.260
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores (a)	10	1	71.836	71.836	105.001	105.001
Empréstimos e financiamentos (c)	11	2	505.368	514.414	-	-
Mútuos (c)	9	2	281.709	278.962	220.619	220.749
Total dos passivos financeiros			858.913	865.212	325.620	325.750

Os três níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

Apuração dos valores justos:

- Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.
- Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- Utilizado como premissa básica o custo da última captação realizada pela Companhia, 1,94% a.a. acima da TJLP, para desconto do fluxo de pagamentos esperado.

19.2 Gerenciamento de riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

19.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

Consolidado	31.12.2018	31.12.2017 não auditado
Exposição ao risco de crédito		
Caixa e equivalentes de caixa (a)	39.784	1.711
Títulos e valores mobiliários (a)	1.007	549
Cientes (b)	33.979	-
	74.770	2.260

- a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.
- b) Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Os principais contratos de venda de energia são garantidos pela Conta de Energia de Reserva - CONER que é administrada pela CCEE. A Companhia considera baixo esse risco de crédito pois espera que o saldo seja compensado futuramente com débitos junto à CCEE.

19.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil - Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para o ano seguinte. A partir de 2022, repetem-se os indicadores de 2021 até o horizonte da projeção.

Consolidado	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Passivo Total
31.12.2018							
Fornecedores	-	11.586	27.633	20.520	12.097	-	71.836
Empréstimos e financiamentos	NE nº 11	-	-	62.625	256.344	516.513	835.482
Mútuos	NE nº 9	-	-	287.185	-	-	287.185
		11.586	27.633	370.330	268.441	516.513	1.194.503

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

Conforme divulgado nas NE nº 11, a Companhia tem empréstimo e financiamentos com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que podem exigir a antecipação do pagamento dessas obrigações.

19.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) **Risco de taxa de juros e variações monetárias**

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado. A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 31.12.2018 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação dos indicadores: CDI/Selic - 6,50% e TJLP - 6,50%, previstos na mediana das expectativas de mercado para 2019 do Relatório Focus do Bacen de 08.02.2019, exceto a TJLP, que considera a projeção interna da Companhia.

Para os cenários 1 e 2, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base 31.12.2018	Cenários projetados - dez.2019		
			Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/Selic	1.007	65	49	33
		1.007	65	49	33
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos	Alta TJLP	(505.368)	(32.849)	(41.061)	(49.273)
Mútuo	Alta CDI	(281.709)	(18.311)	(22.889)	(27.467)
		(787.077)	(51.160)	(63.950)	(76.740)

A Companhia avalia seus instrumentos financeiros, considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1). Com base na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2018, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

19.2.4 Risco de não performance dos empreendimentos eólicos

Os contratos de autorização de geração de energia por fonte eólica estão sujeitos à cláusulas de performance, as quais preveem uma geração mínima anual e quadrienal da garantia física comprometida no leilão. Os empreendimentos estão sujeitos a fatores climáticos associadas às incertezas da velocidade de vento, e o não atendimento do que está disposto no contrato pode comprometer receitas futuras da Companhia.

19.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio. O endividamento em relação ao patrimônio líquido é apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017 não auditado
Endividamento				
Empréstimos e financiamentos	505.368	-	505.368	-
Mútuos	-	-	281.709	220.619
(-) Caixa e equivalentes de caixa	11	1.648	39.784	1.711
Dívida líquida	505.357	(1.648)	747.293	218.908
Patrimônio líquido	1.026.378	632.944	1.026.378	632.944
Endividamento em relação ao patrimônio líquido	0,49	-	0,73	0,35

20 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Consolidado Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Seguro D&O	28.03.2020	96.870
Seguro Riscos Operacionais	29.03.2020	1.815.711
Seguro de Responsabilidade Civil Geral	29.03.2020	10.000
Garantia de Fiel Cumprimento - Aneel	11.09.2019	37.751
Garantia de Fiel Cumprimento - Aneel	31.01.2020	26.609

O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 31.12.2018, de R\$ 3,8748. Os seguros de garantia contratados possuem como avalista a Companhia Paranaense de Energia - Copel.

21 Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa

21.1 Transações que não envolvem caixa

O capital social da Companhia apresentou o acréscimo no valor de R\$ 1.005.238, proveniente da capitalização de créditos até então mantidos na rubrica de “Adiantamentos para futuro aumento de capital”, cujos recebimentos ocorreram em exercícios anteriores.

Por sua vez, de acordo com as informações constantes na NE nº 8.1, as aquisições de imobilizado totalizaram R\$ 781.060. Deste valor, R\$ 42.743 correspondem ao montante de compras efetuadas a prazo e ainda não quitadas até o final do exercício. As citadas transações não envolveram caixa, motivo pelo qual não estão apresentadas na demonstração dos fluxos de caixa.

22 Eventos Subsequentes

22.1 Entrada em operação comercial de empreendimentos

Em janeiro de 2019 entrou em operação comercial o parque eólico Paraíso dos Ventos do Nordeste, pertencente ao Complexo Cutia.

Em janeiro, fevereiro e abril de 2019 entraram em operação os parques eólicos do Complexo Bento Miguel.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Cutia Empreendimentos Eólicos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2017

Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes, as demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, cujos valores são apresentados para fins comparativos, e, conseqüentemente, não emitimos opinião sobre elas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 16 de abril de 2019

/s/
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

/s/
Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

Os membros do Conselho Fiscal da CUTIA EMPREENDIMENTOS EÓLICOS S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, do Relatório Anual da Administração referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 e, com base em análises efetuadas e esclarecimentos adicionais prestados pela Administração, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, concluíram que os documentos analisados, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Ordinária.

Curitiba, 16 de abril de 2019

/s/

JOÃO ALBERTO DA SILVA
Presidente do Conselho

/s/

HEITOR DANTAS FILHO
Conselheiro

/s/

LUIZ ROBERTO MORGENSTERN FERREIRA
Membro do Conselho